

**Acta nº 24 - Reunião ordinária da  
Câmara Municipal de Pombal,  
celebrada em catorze de Agosto de  
mil novecentos e noventa e oito.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Aos catorze dias do mês de Agosto de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Carlos Aberto Rodrigues da Silva e Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, comigo Maria Albina Junqueira dos Santos Lopes, Chefe de Secção.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Depois do Senhor Presidente ter declarado aberta a reunião, foram tratados os seguintes assuntos:\_\_\_\_\_

**Faltas dos membros da Câmara.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as faltas dos Vereadores Senhores Dra. Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Dr. Joaquim António dos Santos Guardado e Dr. Carlos José Martins Pires Lopes.\_\_\_\_\_

**Resumo Diário da Tesouraria.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia treze de Agosto, corrente:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da conta do Município, que apresenta um saldo em dinheiro de setenta e quatro milhões trezentos e oitenta e cinco mil cento e vinte e três escudos e cinquenta centavos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de cinquenta e cinco milhões seis mil trezentos e vinte e um escudos e cinquenta centavos.\_\_\_\_\_

**Pagamentos efectuados entre os dias trinta e um de Julho e treze de Agosto, corrente.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foram feitos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 62.266.876\$00\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 1.628.561\$00\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Comunicação de actos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre trinta e um de Julho e treze de Agosto, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_80 licenças de obras;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 licenças de destruição de revestimento vegetal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Relatório Final de Apreciação das Propostas respeitantes ao Concurso Público para Realização de Circuitos Especiais de Transporte Escolar.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Relatório em epígrafe não foi analisado por impedimento do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea b) do artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo, razão pela qual não houve quorum. \_\_\_\_\_

**Escola Pré-Primária de Vila Cã -  
Arranjos Exteriores - Procº. nº. 16/98  
- Adjudicação.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas,  
do seguinte teor:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”1 - Para os devidos efeitos informo V. Exa. que apresentou proposta,  
para a realização da obra mencionada em epígrafe, prevista no Plano de Actividades sob  
o código 01.01.07 e no orçamento sob a rubrica 07.09.03.05, as seguintes firmas nas  
condições abaixo indicadas:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.1 - DELFIM DE JESUS MARTINS & IRMÃO, LDA., com sede em  
Abiul, com a proposta no valor de 2.639.000\$00, mais IVA e com o prazo de execução  
de 20 dias;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.2 - SOTEOL - Sociedade de terraplanagens do Oeste, Lda., com sede  
em Moita do Boi, Louriçal, com a proposta no valor de 3.426.200\$00 mais IVA e com o  
prazo de execução de 20 dias;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1.3 - JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA & FILHOS, LDA., com  
sede em Milhariças, Abiul, com a proposta no valor de 3.555.800\$00 mais IVA e com o  
prazo de execução de 20 dias.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - Tratando-se de um ajuste directo com base na al.) f, do nº. 2, do artº.  
52 do Dec-Lei 405/93, de 10 de Dezembro, com a nova redacção introduzida pelo Dec-  
Lei 101/95, de 19 de Maio, propõe-se a adjudicação da empreitada à firma DELFIM DE  
JESUS MARINS & IRMÃO, LDA., com sede em Abiul, com a proposta no valor de  
2.639.000\$00, mais IVA e com o prazo de execução de 20 dias, por ser a mais  
vantajosa.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a obra mencionada em  
epígrafe à firma Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda., com sede em Abiul, pelo preço  
de 2.639.000\$00 mais IVA, valor da sua proposta.\_\_\_\_\_

**Contrato Programa a celebrar entre  
o Instituto da Água a Direcção  
Regional do Ambiente do Centro e a  
Câmara Municipal de Pombal.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Senhor Presidente informou a Câmara que recebeu a Minuta do Contrato Programa sobre a Reabilitação do Túnel de Águas Pluviais da Ribeira Quente, a qual será presente à próxima reunião para aprovação. \_\_\_\_\_

**Beneficiação e Recuperação do Túnel  
sob a Avenida (Concepção/  
Construção) - Procº. nº. 42/97 -  
Adjudicação.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

**”1 - CRITÉRIOS DE APRECIACÃO DE PROPOSTAS:**

\_\_\_\_\_ De acordo com o ponto nº. 18 do Programa de Concurso, a adjudicação será efectuada à proposta mais vantajosa, considerando a ponderação de critérios, que seguidamente se indicam por ordem decrescente de importância: \_\_\_\_\_

**A - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO QUALITATIVA DOS  
CONCORRENTES:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A verificação da aptidão dos concorrente será feita, ponderando os seguintes critérios de capacidade técnica, económica e financeira, por ordem decrescente da sua importância e considerando-se uma classificação, num intervalo de 0 - 20. Nesta fase será obrigatório a obtenção da classificação mínima de 10, em qualquer dos critérios, para passar à fase seguinte: \_\_\_\_\_

**A.1 - 1º. Critério - Garantia de capacidade técnica para a  
execução da obra ..... 40%;**

**A.2 - 2º. Critério - Garantia de capacidade económica e  
financeira para a execução da obra ..... 35%;**

**A.3 - 3º. Critério - Garantia de capacidade técnica para a  
elaboração do projecto ..... 25%;**

## **B - CRITÉRIOS DE APRECIACÃO DAS PROPOSTAS PARA ADJUDICAÇÃO**

\_\_\_\_\_A apreciação das propostas será feita com base no critério de adjudicação estabelecido no artº. 97º. do Dec-Lei 405/93, de 10 de Dezembro alterado, com nova redacção introduzida pelo Dec-Lei 101/95, de 19 de Maio, ponderando os seguintes critérios, por ordem decrescente de importância:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **B.1 - O valor técnico da proposta, designadamente quanto à qualidade do projecto, tendo em consideração o menor incómodo possível a acusar a terceiros. As propostas cujo projecto base não obtiverem classificação de bom (14 valores numa escala de 0 a 20) serão excluídas..... 50%;**

\_\_\_\_\_ **B.2 - Preço global mais baixo ..... 40%;**

\_\_\_\_\_ **B.3 - Prazo de execução..... 10%.**

## **2 - ANÁLISE DE PROPOSTAS:**

\_\_\_\_\_Apenas apresentou proposta, para a empreitada mencionada em epígrafe, e que se encontra previsto em plano de actividades sob o código 05.04.08 e no orçamento sob a rubrica 05.09.04.11, a seguinte firma nas condições abaixo indicadas:

\_\_\_\_\_ **2.1 - CONTRUTORA DO LENA, S.A., Empreiteiros de Obras Pública, com sede em Quinta da Sardinha - Leiria;**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **2.2 - A firma apresentou, para a beneficiação e recuperação do túnel em causa, duas soluções distintas que passamos a descrever:**\_\_\_\_\_

### **2.2.1 - SOLUÇÃO DE ABÓBODA REBAIXADA**

\_\_\_\_\_Esta solução prevê, entre outros trabalhos:\_\_\_\_\_

- Execução de lintéis de apoio da abóbada em betão B30.1, armado, incluindo cofragem;\_\_\_\_\_
- Execução de soleira em betão B25.1, armada com malha electrossoldada CQ38;\_\_\_\_\_
- Revestimento de protecção do colector com betão simples B15;\_\_\_\_\_
- Escoramento perdido da estrutura actual com perfilado de aço;\_\_\_\_\_
- Execução de chaminés de ventilação em tubo PVC com 25 mm de diâmetro;\_\_\_\_\_
- Execução de uma abóbada em aço corrugado, incluindo pintura betuminosa de protecção contra corrosão na superfície interior;\_\_\_\_\_
- Enchimento dos espaços entre estruturas com betão B15;\_\_\_\_\_
- Colocação de colector em PVC com 200 mm de diâmetro.\_\_\_\_\_

Esta proposta orçará em 178.323.871\$00 mais IVA, com o prazo de execução de 120 dias.

### **2.2.2 - SOLUÇÃO EM TUBO CIRCULAR**

Esta solução prevê, entre outros trabalhos:

- Revestimento do Leito da Ribeira Quente com betão B25;
- Fornecimento escavação e cravação de tubos pré-esforçados, com 2.50 m de diâmetro;
- Construção de caixas em betão armado, incluindo arranjo paisagístico;
- Preenchimento dos espaços superiores entre os tubos e o tecto do actual túnel, com betão fluído, incluindo abertura de furos.

Esta proposta orçará em 265.793.362\$00 mais IVA e com o prazo de execução de 120 dias.

**2.3** - Relativamente aos critérios de apreciação de propostas, incluindo os critérios de selecção qualitativa dos concorrentes e os critérios de apreciação das propostas para adjudicação e apesar de só a firma acima referida ter apresentado proposta, importa tecer algumas considerações:

**2.3.1** - Tendo por base toda a documentação apresentada, destacando o modelo 22 do IRC, o estudo demonstrativo do montante de capitais próprios da empresa, o relatório de contas, a declaração dos efectivos médios anuais e dos seus quadros permanentes, bem como a listagem de obras executadas, constatamos que a firma possui capacidade técnica, capacidade económica e financeira para a execução da obra e capacidade técnica para a elaboração do projecto. Acresce, ainda, referir que o Engenheiro designado para a coordenação da elaboração do projecto de execução e assistência técnica da obra, possui um curriculum demonstrativo da sua experiência em obras de Construção Civil e Vias de Comunicação.

**2.3.2** - Relativamente à avaliação da proposta para efeitos de adjudicação e tendo em conta a especificidade da obra, esta Câmara, apesar de ter apontado inicialmente a solução de abóbada rebaixada como a tecnicamente mais adequada, para além de ser a mais económica, decidiu remeter as duas soluções apresentadas à Direcção Regional do Ambiente do Centro, no sentido de se pronunciarem sobre a viabilidade e exequibilidade das mesmas.

**2.3.2.1** - Em resposta, a mesma Direcção emitiu um parecer, o qual se encontra apenso a esta informação e que vem reiterar a escolha desta Câmara, referindo que a solução de tubo circular seria

\_\_\_\_\_tecnicamente mais difícil de executar e extremamente mais  
\_\_\_\_\_onerosa. Ao contrário, a solução em abóbada rebaixada  
\_\_\_\_\_beneficiará o escoamento da ribeira.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2.3.2.2 - No entanto, na conclusão da informação prestada pela D.R.A.C.,  
\_\_\_\_\_apontam alguns aspectos que terão de se salvaguardar na  
\_\_\_\_\_elaboração do projecto de execução e que passamos a enunciar:\_\_\_\_\_

- Garantir que a área da secção de vazão do túnel, não diminua ao longo do seu trajecto, que deverá ser o mais linear possível;\_\_\_\_\_
- Deverão ser evitadas a existência de singularidades que dificultem o escoamento, através de passagens graduais nas mudanças de direcção, quer horizontais, quer verticais, na transição de secções diferentes e na entrada do túnel através de execução de uma caixa de entrada;\_\_\_\_\_
- Considerando que o escoamento se faz em superfície livre, deverão ser colocados, ao longo do percurso, vários dispositivos de arejamento e câmaras de visita em lugares que, durante a execução da obra, se considerarem de utilidade.\_\_\_\_\_
- Na entrada do túnel dever-se-á prever a existência de uma câmara de decantação, para disposição do material solido arrastado pelo escoamento, e também a existência de um dispositivo que evite a entrada do material transportado à superfície do escoamento (grade inclinada).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2.3.2.3 - Importa, ainda, referenciar o terceiro ponto do parecer em causa,  
\_\_\_\_\_uma vez que aponta para o facto das dificuldades de execução  
\_\_\_\_\_desta obra, dado o estado de ruína de algumas zonas obrigando,  
\_\_\_\_\_por isso, à construção a céu aberto de alguns troços, com os  
\_\_\_\_\_impactos próprios deste tipo de intervenções em zona urbana.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2.3.2.4 - Carece, ainda, mencionar que este parecer deverá ser transmitido à  
\_\_\_\_\_firma adjudicatária.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 - De acordo com o atrás exposto e considerando a análise efectuada,  
tendo em conta os critérios já apontados, bem como o parecer favorável da D.R.A.C.,  
propõe-se a adjudicação da proposta da firma CONSTRUTORA DO LENA, S.A., com  
sede em Quinta da Sardinha, Leiria, referente à **solução da Abóbada Rebaixada** no  
valor de **178.323.871\$00 mais IVA** e com o prazo de execução de **120 dias**, por ser a  
mais vantajosa.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada em  
epígrafe à Firma Construtora do Lena, S.A., com sede em Quinta da Sardinha - Leiria,  
pelo preço de 178.323.871\$00, mais IVA, valor da sua proposta para a solução de  
abóbada rebaixada.\_\_\_\_\_

**Construção, Ampliação e  
Beneficiação de Cemitérios  
(Cemitério do Travasso) - Procº. nº.  
58/97 - Trabalhos a Mais.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”1- Na sequência da informação de trabalhos a mais, referentes à obra mencionada em epígrafe, que foi presente à reunião de Câmara realizada em 8 de Maio do ano em curso, informamos V. Exa. que se verificou que há necessidade de se proceder à colocação de mais 66 m2 de calçada miúda. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - Mais se informa que houve trabalhos a menos no valor total de 106.700\$00 mais IVA, referentes a 60 ml de lancil de 2m2 de calçada grossa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3 – Assim, solicita-se a V. Exa. a aprovação dos trabalhos a mais no valor total de 168.300\$00 mais IVA (66 m2 x 2.550\$00), no sentido de se elaborar o respectivo contrato adicional..” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais no valor de 168.300\$00 mais IVA, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Abastecimento de Água ao C. F. João,  
Alto dos Crespos, Roussa, Cotrofe,  
Cavadinha, Afonsos, Malhos,  
Mendes, Granja, Escoural, Estrada e  
L. Limítrofes - Procº. nº. 18/97 -  
Trabalhos a Mais.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”1- O abastecimento de água, referido em epígrafe, tem a origem da água em dois furos JK4 e JK5, sendo a sua produção insuficiente para o horizonte de projecto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Deste modo, a Câmara Municipal de Pombal mandou executar um novo furo, PS2, cuja produção é de 5 L/s sendo a sua exploração absolutamente necessária para o funcionamento deste sistema.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim sendo, contactou-se a firma projectista que apresentou novo estudo para aproveitamento dos três furos, o qual, implica a execução de uma nova elevatória, desde o Ps2 até ao cruzamento com a elevatória já projectada e, a alteração de diâmetros a partir deste ponto até ao R2. O custo dos trabalhos resultantes desta alteração é de 7.175.811\$00 mais IVA, conforme Parte A do mapa I anexo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Resultando, ainda, trabalhos a menos discriminados no mapa II anexo no valor de 670.744\$00 mais IVA.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 - No sentido de permitir, posteriormente, uma melhor manutenção e exploração da obra, solicitou-se ao empreiteiro, a colocação de válvulas da Pont-a-Mousson e execução de caixas para instalação de algumas válvulas, essencialmente as localizadas em estradas de maior movimento e em nós com mais do que uma válvula. Estes trabalhos importam em 1.157.500\$00 mais IVA, conforme parte B do mapa I anexo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 - Verificamos que as povoações de vale Coimbra, Vale do Degolaço e Casal Velho, indicadas na planta anexa, não têm o seu abastecimento previsto no projecto desta obra e que, no entanto, o mesmo, é tecnicamente possível executar a partir deste sistema, tornando-o assim ainda mais rentável. Assim na sequência das solicitações de vários municípios e de acordo com as instruções de V. Exa. no sentido de abastecer todos os lugares da Freguesia de Pombal na zona de influência do projecto, propõe esta DOP, que o abastecimento aos lugares acima referidos seja efectuado como trabalhos a mais desta empreitada cujo custo importa em 5.557.236\$00 mais IVA, conforme parte C do mapa I anexo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4 - Mais se informa que ficam ainda, por abastecer, as povoações de Motes, Espinheira de Baixo, Quinta, Carrascos, Alto da Granja, cujo abastecimento será objecto de estudo e orçamentação se V. Exa. assim o entender.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5 - Nesta conformidade solicita-se autorização para executar os referidos trabalhos no valor total de 13.910.547\$00 mais IVA.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita, bem como a minuta do contrato adicional a celebrar com o empreiteiro da obra.\_\_\_\_\_

**Asfaltagem de Estradas e Caminhos  
na Freguesia de Carnide (Bouchada)  
- Procº. nº. 47/97 - Trabalhos a  
Mais.\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação do Sector de Viação, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Tendo sido adjudicada a obra mencionada em epígrafe à Firma Construções António Leal, Lda., pelo valor de 16.197.917\$50 e havendo alguns trabalhos, cujas quantidades não foram incluídas no contrato, se destinam à realização da mesma empreitada e se tornaram necessários dado que é tecnicamente e economicamente desaconselhável a sua execução posteriormente, propomos que esses trabalhos sejam efectuados e pagos como trabalhos a mais, no valor de 8.063.165\$50, de \_\_\_\_\_ acordo \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ o \_\_\_\_\_ mapa anexo.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais no valor de 8.063.165\$50, mais IVA, bem como a minuta do contrato adicional a celebrar com o empreiteiro da obra. \_\_\_\_\_

**Pavimentação de Ruas na Freguesia  
de Pombal - Proc.º nº. 11/98 -  
Trabalhos \_\_\_\_\_ a  
Mais. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação do Sector de Viação, do seguinte teor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Tendo sido adjudicada a obra mencionada em epígrafe à Firma Construtora do Lena, S.A, pelo valor de 4.900.133\$00 e havendo alguns trabalhos, cujas quantidades não foram incluídas no projecto, se destinam á realização da mesma empreitada e se tornaram necessários dado que é tecnicamente e economicamente desaconselhável a sua execução posteriormente, propomos que esses trabalhos sejam efectuados e pagos como trabalhos a mais, no valor de 273.528\$00, de acordo com o mapa anexo.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais no valor de 273.528\$00, mais IVA. \_\_\_\_\_

**Ampliação da Escola de Meirinhas -  
Proc.º nº. 30/96 - Trabalhos a Mais. \_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”1 - Para os devidos efeitos informo V. Exa. que, no decurso da obra referida em epígrafe, verificou-se que há necessidade de se proceder à execução de trabalhos a mais resultantes de erros de medição, que passamos a discriminar:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.1 - Colocação de tijoleira cerâmica entre janelas:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3.84 x 2.700\$00 = 10.368\$00\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.2 - Colocação de passeio, à volta de toda a área ampliada, com 1.20m de largura, incluindo lancil de cimento e mosaico hidráulico no piso:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_14.7 m2 x 5.600\$00 = 82.320\$00\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 – Mais se informa que não foram executados os trabalhos constantes da proposta e que a seguir se indicam:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2.1 - **Cap. II:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2.1. - Betão simples de limpeza em sapatas:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5.65 m3 x 11.500\$00 = 64.975\$00.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2.2 - Betão ciclópico no enchimento de alicerces antes da viga de fundação:\_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_21.78 x 14.100\$00 = 307.098\$00\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Cap. III:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8.5 - Colocação de forra de pedra calcária bojardada em rodapé:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_22.9 x 12.800\$00 = 293.120\$00\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Cap. XI:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_11.1 – Construção do fogão de sala, incluído todos os acabamentos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1 un x 250.000\$00 = 250.000\$00\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 – Nesta conformidade propõe-se a V. Exa. a aprovação dos trabalhos a mais, decorrentes da alteração efectuada ao projecto, no valor total de 92.688\$00 mais IVA e dos trabalhos a menos no valor total de 915.193\$00 mais IVA.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e os trabalhos a menos, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Construção e Reparação de Passeios e Largos - Arranjo dos Passeios e Rede Pluvial da Estrada da Charneca - Proc.º nº. 43/96 - Recepção Provisória.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em face do auto de recepção provisória, da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente. \_\_\_\_\_

**Minutas de Contratos.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas dos contratos das seguintes empreitadas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Remodelação dos Balneários/Construção da sede desportiva de Carnide; \_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_ - Construção e Reparação de Passeios e Largos (Arranjos da Zona Envolvente do Centro de Saúde da Guia); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Abastecimento de água aos lugares da Borda (Carvalhais, Valdeira, Roques, Arneiro do Pisão, Pisão, Pinhete, S. Vicente e Lugares Limítrofes) - Equipamento Electromecânico; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Beneficiação e Recuperação do Túnel sob a Avenida (Concepção/Construção). \_\_\_\_\_

**Loteamento Urbano de Gracinda  
Henriques Gomes Pereira e Outros,  
sito em Charneca -  
Pombal.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Urbanismo que a  
seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”ASSUNTO: Informação relativa ao pedido de licenciamento da  
operação de loteamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Req. nº. 3.954, de 27 de Julho de 1998 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ REQUERENTES: Gracinda Henriques Gomes Pereira e Outros \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ LOCAL: Degolaço - Limite da Fonte Nova, Valbom - Limite da  
Charneca (Estrada da Charneca) - Pombal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ NÚMERO DA MATRIZ PREDIAL: 12422 e 12459 (rústicos) e 9294  
(urbano) \_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_ NÚMERO DA DESCRIÇÃO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO  
PREDIAL: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 04052/200390; 04053/200390 e 09375/180496 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CONFRONTAÇÕES: NORTE: José Crespo e outro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ SUL: Caminho Público \_\_\_\_\_

Artº. Rústico 12 422 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ NASCENTE: Manuel da Silva  
Domingues \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ POENTE: José Gonçalves Feijão  
Júnior \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CONFRONTAÇÕES: NORTE: José Ferreira Monteiro e  
caminho \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ SUL: Manuel Gameiro e outros \_\_\_\_\_

Artº. Rústico 12 459 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ NASCENTE: Maria Jorge Serrano e Estrada da  
Charneca \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ POENTE: António Gonçalves Feijão e outros \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CONFRONTAÇÕES: NORTE: Manuel Maria Maricato e outro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_SUL: Filipe Gomes Pereira\_\_\_\_\_

Artº. Urbano 9294\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_NASCENTE: Filipe Gomes Pereira\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_POENTE: António Conceição Pedro\_\_\_\_\_

  

\_\_\_\_\_ÁREA DOS PRÉDIOS A LOTEAR - 120.257m2\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ÁREA TOTAL DA CONSTRUÇÃO - 28.174m2\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_VOLUME TOTAL DE CONSTRUÇÃO - 84.488m3\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_NÚMERO DE LOTES - 18\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_NÚMERO DE FOGOS - 134\_\_\_\_\_

### APRECIACÃO

\_\_\_\_\_ A apreciação do presente processo é feita no âmbito do Regulamento do PDM de Pombal, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº. 160/95, publicada no D.R. I Série - B, nº. 279, de 4 de Dezembro de 1995.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De acordo com o Plano Director Municipal de Pombal, o local para onde é apresentada a operação de loteamento situa-se quase na sua totalidade em “Espaço Urbanizável” com os índices definidos no artº 16º do Regulamento.\_\_\_\_\_

### CEDÊNCIAS

\_\_\_\_\_ São cedidos à Câmara Municipal para integração no domínio público 24.111,30 m<sup>2</sup> de terreno, destinado a “Infraestruturas Viárias” (arruamentos, estacionamento públicos, passeios e escadas).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ São cedidos à Câmara Municipal para integração no domínio público 4.287,30 m<sup>2</sup> de terreno, destinado a “Espaços Verdes e de Utilização Colectiva”.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ São cedidos à Câmara Municipal para integração no domínio público 5.892 m<sup>2</sup> de terreno, destinado a Equipamentos de Utilização Colectiva”.\_\_\_\_\_

### CONCLUSÃO

\_\_\_\_\_ O processo de loteamento a que se referem os elementos acima referidos merece parecer favorável da Divisão de Urbanismo, com os seguintes condicionamentos:\_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_ 1. A área de cedência para “Espaços Verdes e de Utilização Colectiva”, com a área de 4.286 m<sup>2</sup>, não poderá ser aceite nesta fase, devendo esta área ser substituída pela área situada ao lado da escadaria de acesso à EB 1,2,3 da Charneca, indicada na Planta de Síntese I, como “Prédio Rústico”.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. A terminologia a indicar na Planta de Síntese para as áreas de cedência é a indicada na Portaria nº 1182/92, de 22 de Dezembro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Os lotes 10 a 14, com os rés-do-chão destinado a comércio, devem prever uma galeria coberta, a este nível. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. Os logradouros dos lotes 1 a 9 devem prever adequado arranjo dos taludes e uma adequada arborização, de modo a diminuir o impacto desta fachada sobre as moradias situadas a Nascente e sobre a cidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. Deve prever-se arborização, com espécies adequadas, ao longo de todos os arruamentos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 6. Devem ser apresentadas fachadas de conjunto para os lotes 1 a 9, 10 a 15 e 15 a 18. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 7. O pé direito do rés-do-chão, destinado a comércio, dos lotes 10 a 14, não deve ultrapassar os 3,30 m. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 8. As cérceas acima da cota de soleira, nomeadamente nos lotes 1 a 9, devem ser reduzidas para o mínimo regulamentar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 9. Por contrariar o nº 5 do artigo 36º do Decreto-Lei nº 448/91, de 29 de Novembro, o parágrafo único do artigo 6º do Regulamento do Loteamento, deve ser retirado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 10. A redacção do 2º parágrafo do artº 18º do Regulamento do Loteamento, deve ser alterada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os movimentos de terras, os muros de suporte e o acabamento dos espaços, ainda que se situem dentro da área dos lotes, devem ficar definidos no projecto de arranjos exteriores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os condicionamentos acima referidos, não impedem o andamento do processo, nomeadamente a apresentação dos projectos das especialidades. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contudo, devem ser apresentadas as necessárias correcções, antes do licenciamento das obras de urbanização. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os requerentes devem instruir o processo de licenciamento das obras de urbanização com todos os elementos exigidos no artº 9º do Decreto Regulamentar nº 63/91, de 29 de Novembro.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a operação de loteamento, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo. \_\_\_\_\_

**Loteamento Urbano de Sacramento  
Mota, S.A., sito em Casal Monteiro -  
Barrocal.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião o processo de loteamento nº 10/93 em nome da Firma Sacramento Mota, S.A., com sede nesta Cidade, em que requer a revalidação da deliberação que aprovou as obras de urbanização referentes ao loteamento de um prédio sito em Casal Monteiro - Barrocal, freguesia e concelho de Pombal, a fim de lhe ser passado o respectivo alvará de loteamento, acompanhado de uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Assunto: Procº. de Loteamento nº. 10/93\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Reqt. nº. 7.484, de 02 de Julho de 1998\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Requerente: Sacramento Mota, S.A.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Local: Casal Monteiro - Barrocal - Pombal\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De acordo com o artº 27º do Dec-Lei nº 448/91, de 29 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Dec-Lei nº 334/95, de 28 de Dezembro: “A deliberação que tiver licenciado a realização de obras de urbanização caduca se, no prazo de um ano a contar da data da sua notificação, não for requerida a emissão do competente alvará”.\_

\_\_\_\_\_Atendendo a que o prazo terminou no dia 09 de Junho de 1998 e ainda não se alteraram os fundamentos que serviram de base à deliberação, não se vê qualquer inconveniente na revalidação da deliberação referente ao licenciamento das obras de urbanização.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo.\_\_\_\_\_

**Loteamento Urbano de António  
Manuel Erse Marques, sito em  
Quinta do Olival das Lobas -  
Pombal.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Procº de Loteamento nº 4/98\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Reqtº. nº 3.738, de 15/07/98\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Requerente: António Manuel Erse  
Marques\_\_\_\_\_

Local: Qtª. Do Olival das Lobas - Pombal

O local para onde é apresentada a operação de loteamento situa-se em “Espaço Urbano” e os índices são os definidos no artº 10º do Regulamento do PDM.

Para uma área a urbanizar de 1.480 m2 a operação de loteamento apresenta 20 fogos, o que equivale a uma densidade de 135 fogos/há, ou seja, quase 3 vezes superior à prevista no PDM de Pombal.

A proposta consiste na construção de 2 prédios de 5 pisos, numa zona situada no limite do perímetro urbano de Pombal, onde predominam construções de 2 a 5 pisos.

De acordo com a Portaria nº 1.182/92, de 22 de Dezembro, também não é apresentada qualquer área de cedência para “Espaços Verdes e de Utilização Colectiva” e “Equipamentos de Utilização Colectiva”.

A área de 120 m2, já cedida, para o alargamento da Rua de Albergaria dos Doze, será contabilizada, de acordo com a Portaria 1.182/92, de 22 de Dezembro, como área de cedência para infraestruturas viárias.

Assim, sugere-se que Câmara delibere a intenção de indeferimento do processo com base na alínea a) do nº 2 do artº 13 do Dec. Lei nº 448/91, de 29 de Novembro.”

—

A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de trinta dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer.

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Aprovação de Arquitectura.**

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte projecto de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:

De Premotal - Pré-Esforçado Mota, Ldª., com sede no lugar de Outeiro da Ranha, freguesia de Vermoil, concelho de Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à ampliação de um imóvel destinado a escritórios, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 834/RC/98.

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Concessão de Licenças.**

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os seguintes requerimentos, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Carlos Manuel Fernandes Ereira, residente em Marinha das Ondas - Figueira da Foz, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel destinado a oficina, no lugar de Chã, freguesia do Carriço, desta Concelho, a que se refere o processo de obras nº. 902/RC/97.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Arménio Gonçalves Domingues, residente no lugar de Granja do Ulmeiro, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à alteração e ampliação de um imóvel destinado a indústria, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 769/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Ana Maria Gonçalves da Mota, residente na Rua Alexandre Herculano, nesta Cidade, em que solicita licença para proceder à alteração da fachada de um prédio que possui na Rua de Santa Luzia, nº 6, a que se refere o processo de obras nº. 1103/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Rosa Ferreira Calvario Marques, residente no lugar de Matos da Ranha, freguesia de Vermoil, deste Concelho, em que solicita licença para proceder à alteração de um imóvel destinado a armazém, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 452/RC/98.\_\_\_\_\_

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Intenções de Indeferimento.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Foi presente à reunião o processo de obras nº. 1086/RC/98, em nome de Manuel Carreira Rodrigues, residente no lugar de Moitas Brancas, freguesia da Ilha, deste Concelho, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel, destinado a oficina, no referido lugar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Os projectos não estão em condições de ser aprovados e não é de conceder a licença requerida. Fundamentos: Dado que o local se encontra definido no PDM como espaço Agro-Florestal e não estando reunidas as condições de excepção do artigo 40 do mesmo PDM será de indeferir o pedido com base no artigo 63.1.a) do D.L. 445/91 de 20/11.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias, para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 2. Foi presente à reunião o processo de obras nº. 819/RC/98, em nome de Clementino Mendes Cordeiro e Maria Emília Rodrigues Gomes Cordeiro, residentes no lugar de Moncalva, freguesia da Pelariga, deste Concelho, em que solicitam licença para proceder à alteração e ampliação de um imóvel, destinado a oficina, no referido lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. Em anexo encontra-se um ofício da Direcção de Estradas de Leiria, que é do seguinte teor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. ”Em referência ao ofício nº 8203, de 98/06/17 - 3796/98/DOPA, em nome de Clementino Mendes Cordeiro e outra, informo V. Ex<sup>a</sup>. que a pretensão é indeferida por contrariar a alínea b) do artº 5º. Do Decreto-Lei 13/94, de 15 de Janeiro.”

\_\_\_\_\_. Junto encontra-se ainda uma informação da Divisão de Obras Particulares, \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ seguir \_\_\_\_\_ se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. ”Dado o parecer da JAE de Leiria em anexo, ofício nº 2850 de 14/7/98, será de indeferir o pedido com base no D.L. 445/91 de 20/11, artigo 63.1.b) devendo comunicar-se ao requerente o teor do referido ofício através de fotocópia do mesmo.”\_

\_\_\_\_\_. A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias, para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

### **Pedido de ocupação da via pública para obras. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_. Foi presente à reunião um requerimento de Adelino Mendes Oliveira, residente no lugar de Azenha, freguesia de Abiul, deste Concelho, em que solicita licença para ocupar a via pública com andaimes numa extensão de 10m2 e pelo período de 30 dias, no lote 8 da Avenida Senhora de Belém, nesta Cidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido. \_\_\_\_\_

**Pedido de ocupação da via pública  
para  
obras/Indeferimento.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi de novo presente à reunião um requerimento de Américo Antunes Dias, residente na Rua do Carregal, no lugar e sede de Freguesia de Meirinhas, deste Concelho, em que requer licença para ocupar a via pública com uma grua, pelo período de Oito meses, na referida sede de Freguesia, tendo a Câmara deliberado na sua reunião de 26 de Junho, último, notificar requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias para se pronunciar, o que não fez. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ seguir \_\_\_\_\_ se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento, deverá ser indeferido o respectivo pedido.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares. \_\_\_\_\_

**Auto de embargo de uma  
obra.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião o auto de embargo da obra respeitante à construção de muros de suporte de terras e de anexos, na Rua Principal do lugar de Anços, freguesia da Redinha, concelho de Pombal, cuja proprietária é Maria Fernanda Dias Lourenço, residente na referida Rua, mandado instaurar por despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 14 de Julho, último, numa informação da Fiscalização Municipal, que \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ seguir \_\_\_\_\_ se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Assunto: Obras que estão a ser executadas sem a necessária Licença Municipal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Cumpre-me informar V. Ex<sup>a</sup>. que a Sra. Maria Fernanda Dias Lourenço, comerciante, divorciada, nascida a 15/06/65, natural de Anços, Redinha, onde reside na Rua Principal do mesmo lugar e freguesia, se encontra a executar muros de suporte de terras e anexos, onde havia efectuado um desaterro, em terreno anexo à sua habitação,

sem que se tenha munido da Licença Municipal, exigida pela alínea a) do nº 1 do Artº 1º do Dec. Lei nº 445/91 de 20/11, o que constitui contra-ordenação prevista pela alínea a) do nº 1 do Artº 54º do mesmo Dec. Lei nº 445/91 de 20/11, com a redacção do Dec. Lei nº 250/94 de 15/10.

\_\_\_\_\_A Sra. Maria Fernanda Lourenço avia apresentado os pedidos de licenciamento de obras a que se referem os Processos nºs. 665/RC/98 e 918/RC/98, tendo sido informado por estes Serviços que o pedido de licenciamento deveria ser formulado com a apresentação do projecto, já que se trata de muros de suporte de grandes dimensões e os anexos que estão a ser executados ultrapassam a área indicada no requerimento, conforme se pretende mostrar através do registo fotográfico que se anexa.

\_\_\_\_\_Levantou-se a participação de que se junta fotocópia, tendo o original seguido para registo nos Serviços competentes.”

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, confirmar o embargo da obra.

### **Pedidos de Informação Prévia.**

\_\_\_\_\_1. Foi presente à reunião um requerimento de Rui Manuel Marques Santos, residente na Rua de Ansião, 22 - 1º Esqº., nesta Cidade, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Casalinho da Foz, freguesia de Mata Mourisca, deste concelho.

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados o local encontra-se definido no PDM como espaço Agro-Florestal, podendo considerar-se viável a construção pretendida dado que a área do terreno é de 7000 m2, devendo ficar a cargo do requerente a realização de quaisquer infraestruturas públicas que sejam necessárias, devendo o projecto cumprir com o artigo 40.7 do PDM.”

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.

\_\_\_\_\_2. Foi presente à reunião um requerimento de Carla Sofia Gameiro Neves, residente no lugar de Moutinhas, freguesia de Santiago de Litém, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar.

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados o local a que se refere o presente pedido encontra-se definido como espaço urbano, na zona de transição para espaço da REN, pelo que poderá considerar-se viável a construção pretendida, devendo ser por conta do requerente a realização de eventuais infraestruturas públicas.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Foi presente à reunião um requerimento de Elísio Silva Pedrosa, residente no lugar de Vascos, freguesia de Almagreira, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Paço, da referida freguesia.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor, o local situa-se em Espaço Agro-Florestal, considerando-se que poderão estar reunidas as condições de excepção previstas no artigo 40 do PDM, devendo o projecto a apresentar cumprir com o disposto nas leis em vigor com os parâmetros do artigo 40.7 do referido PDM.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A realização de eventuais infraestruturas públicas deverão ficar a cargo do requerente.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Foi presente à reunião um requerimento de Manuel da Silva Lopes, residente no lugar de Ponte de Assamaça, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados poderá considerar-se que o local se insere em espaço Agro-Florestal, considerando-se viável a construção de uma habitação

própria de acordo com os parâmetros definidos no artigo 40.7 do PDM.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. Foi presente à reunião um requerimento de Manuel Conceição Gonçalves, residente na Rua Miguel Torga, nº. 9 r/c – Frt. Drtº., nesta Cidade, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de blocos habitacionais, na Rua Quinta da Casinha, em Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”O local para onde se requer a viabilidade de construção situa-se em “Espaço Urbano – Área Mista”, devendo fazer-se observar os parâmetros urbanísticos definidos no artº. 10º do Regulamento do PDM.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De acordo com o artº 11 do Regulamento, a nova edificação a levar a efeito no local deve manter-se a altura média e dominante das construções vizinhas e com elas harmonizar-se.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Para um melhor ordenamento e acessibilidade da zona está previsto o prolongamento do arruamento que irá estabelecer a ligação da Rua do Seixo à Rua da Quinta da Casinha, conforme traçado indicado na planta, à escala 1/2000, que se anexa.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A implantação da nova edificação deve ficar condicionada ao traçado deste novo arruamento, o qual permite a construção de um edifício em gaveto do lado Poente, ou seja, com frente para o novo arruamento e para a Rua da Quinta da Casinha.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo, acima transcrita.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_6. Foi presente à reunião um requerimento de Manuel Cândido Simões Antunes, residente no lugar de Caseirinhos, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita a reapreciação do pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de um edifício destinado a habitação colectiva no referido lugar, em virtude de o requerente por dificuldades financeiras ainda não ter dado entrada do projecto para a referida construção, conforme deliberação da Câmara de 11 de Outubro do ano transacto.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a

seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Atendendo a que ainda não se alteraram os fundamentos que serviram de base à deliberação, não se vê qualquer inconveniente na revalidação da deliberação referente à viabilidade de construção concedida para o local.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo, acima transcrita.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. Foi presente à reunião um requerimento de Américo Gomes de Barros, residente no lugar de Mata da Pragueira, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um Posto de Abastecimento de Combustíveis, no referido lugar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”De acordo com os elementos apresentados deverá considerar-se que o local se enquadrava em Espaço Agro-Florestal, contudo no PDM aquele local encontra-se definido como Espaço Florestal, não sendo de considerar viável a pretensão de instalar um posto de abastecimento de combustíveis, visto não se encontrarem reunidas as condições de excepção do artigo 42 do PDM, pelo que será de indeferir o pedido com base no artigo 63.1.a) do D.L. 445/91 de 20/11.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Foi presente à reunião um requerimento de Luís Paulo Pereira Gaspar, residente no lugar de Vale da Cruz, freguesia de Carnide, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um pavilhão destinado a oficina, no referido lugar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor, o local situa-se e, “Espaço Floresta” e não se encontrando abrangido pelas excepções do artigo 42 do PDM, deverá ser indeferido o pedido com base no artigo 63.1.a) do D.L. 445/91 de 20/11.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. Foi de novo presente à reunião um requerimento de José Carlos Marques Rodrigues, residente no lugar de Cartaria, freguesia de Albergaria dos Doze, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar, tendo a Câmara deliberado na reunião de 19 de Dezembro, do ano transacto, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, tendo o mesmo apresentado uma exposição no sentido de reapreciação do pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Dado que na exposição apresentada não foram apresentados elementos que justificassem o enquadramento do pedido no âmbito das excepções do artigo 40 do PDM, será de indeferir o pedido com base no artigo 63.1. a) do D.L. 445/91 de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara, em face da informação da Divisão de Obras Particulares, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido. \_\_\_\_\_-

\_\_\_\_\_10. Foi de novo presente à reunião um requerimento de António José Matos Loureiro, residente na Rua Sá de Miranda, em Coimbra, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um edifício destinado a comércio e serviço, no Largo do Cardal, nesta Cidade, tendo a Câmara deliberado na reunião de 24 de Abril, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, o que não fez. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A Câmara Municipal em reunião realizada no dia 24 de Abril de 1998 deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Durante o prazo concedido não foi apresentado qualquer requerimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim, sugere-se que a Câmara delibere o indeferimento do pedido com base nas alíneas a), b) e d) do nº. 1 do artº 63º do Decreto-Lei nº. 250/94, de 15 de Outubro.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara em face da informação da Divisão de Urbanismo, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 11. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Manuel Rufino Santos, residente no lugar de Chã da Ilha, freguesia da Ilha, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, na Rua da Pré-Primária da sede de freguesia da Guia, deste concelho, tendo a Câmara deliberado na reunião de 7 de Abril, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, tendo o mesmo apresentado uma exposição no sentido de reapreciação do pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”A Câmara Municipal em reunião realizada no dia 07 de Abril de 1998 deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Durante o prazo concedido foi apresentado um requerimento que em nada vem alterar os fundamentos que serviram de base à deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, sugere-se que a Câmara delibere o indeferimento do pedido com base nas alíneas b) e d) do nº. 1 do artigo 63º do Decreto-Lei nº. 250/94, de 15 de Outubro.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara, em face da informação da Divisão de Urbanismo, acima transcrita, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Foi presente à reunião, um requerimento em nome de Pedro Barbosa de Melo, Engenheiro Técnico Civil, residente em Pátio da Inquisição, 1 - 1º freguesia de Stª Cruz - Coimbra, em que solicita a sua inscrição como técnico, nesta Câmara, para assinar projectos e dirigir obras, na área deste Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade deferir o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Foi presente à reunião, um requerimento em nome de Carla Maria Santos Virgílio Carreira, Engenheira Técnica Civil, residente na Rua dos Primos - Casal Ruivo, freguesia de Calvaria, concelho de Porto de Mós - Leiria, em que solicita a sua inscrição como técnica, nesta Câmara, para assinar projectos e dirigir obras, na área deste Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade deferir o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. Foi presente à reunião, um requerimento em nome de João Miguel Alves Patrício da Silva, Arquitecto, residente na Rua João XXI, 3A, 3º Dtº, em Leiria, em que solicita a sua inscrição como técnico, nesta Câmara, para assinar projectos e dirigir obras, na área deste Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade deferir o pedido. \_\_\_\_\_

**Pedido de Alteração de Local de Estacionamento de Automóvel Ligeiro de Passageiros.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Nos serviços desta Câmara Municipal deu entrada um requerimento, apresentado pelo Sr. João Freire, visando autorização para estacionar um veículo de aluguer, ligeiro de passageiros, junto à Estação de Caminhos de Ferro de Pombal, à hora da chegada dos comboios, sendo que o seu local de estacionamento normal é o Largo do Cardal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Trata-se pois de uma alteração ao local de estacionamento, especificamente prevista na alínea b) do Artigo 3º do Decreto-Lei nº 34/78, de 2 de Outubro, pelo que, e em consonância com o Artigo 4º do mesmo diploma, se procedeu à audição da ANTRAL.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O parecer da ANTRAL é **favorável** à referida alteração ao local de estacionamento.\_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_ Interessará à Câmara considerar que:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - muitos dos passageiros de comboios transportam consigo pesadas bagagens, revestindo-se de utilidade a disponibilidade de um automóvel de aluguer no local da estação;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - a alteração tem sido solicitada todos os anos, dado que a autorização só é válida por um ano, tendo sempre sido deferida, sem nenhum efeito pernicioso conhecido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Proponho pois que a Câmara defira a pretensão do requerente.”** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação dos Serviços, acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Pedido de mudança de um caminho.**\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento de Jorge Manuel Mendes Carrasqueira, residente no lugar de Aldeia do Rio, freguesia de Abiul, deste Concelho, em que solicita autorização alteração do traçado de um caminho sito em Lapa, da referida Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação do Sector de Viação, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Face ao despacho à margem do requerimento de Jorge Manuel Carrasqueira Mendes, residente em Aldeia do Rio, Abiul, onde solicita a rectificação do caminho tendo em vista a melhor implantação da sua futura habitação. O S.V. deslocou-se ao local e verificou não haver inconveniente na rectificação, pelo que é da opinião de autorizar solicitado.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação do Sector de Viação. \_\_\_\_\_

### **Piscina Municipal/Nadador Salvador.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, uma proposta do Vereador do Pelouro do Desporto, do seguinte teor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Nos termos da Lei tornou-se necessário requisitar à Associação dos Bombeiros Voluntários de Pombal um nadador salvador, João Miguel Guerreiro Pedrosa, com o nº de Contribuinte 221568980, para prestar serviço durante o funcionamento da Piscina Municipal, pelo que se propõe que lhe seja paga uma remuneração mensal de 100.000\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Propõe-se ainda que seja elaborado, pelo responsável da Piscina, um mapa de assiduidade , o qual será entregue na Repartição Financeira/Contabilidade, a fim de poder ser processado o pagamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Dado que é um prestador de serviço não colectado (voluntário) não é necessária a emissão do recibo verde, nem será tributável nos termos do IVA.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Vereador do Pelouro do Desporto, acima transcrita. \_\_\_\_\_

**Apoio a Freguesias.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_**Junta de Freguesia de Carnide.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Carnide, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a colocação de manilhas no caminho florestal Carnide de Cima/Valeirão e em vários aquedutos daquela Freguesia, no valor de 61.200\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Carnide, com um subsídio no montante de 61.200\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_**Junta de Freguesia de Carnide.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Carnide, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a construção de um passeio no Cemitério daquela Freguesia, no valor de 388.412\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Carnide, com um subsídio no montante de 388.412\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_**Junta de Freguesia de Vermoil.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Vermoil, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a reparação das escolas daquela Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Vermoil, com um subsídio no valor de 521.460\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_**Junta de Freguesia da Redinha.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia da Redinha, deste Concelho, com um subsídio para aquisição de materiais, no montante de 270.000\$00, para reconstrução de um muro, pertença de Estrela Gameiro dos Santos e que foi demolido, aquando da abertura do caminho Alvito - Redinha. \_\_\_\_\_

**Junta de Freguesia de Mata Mourisca.**

Foi presente à reunião uma carta do Conselho de Moradores de Mata Mourisca, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a aquisição de materiais para a construção de uma cozinha rústica.

Junto encontra-se uma informação da Secção de Aprovisionamento, discriminando os materiais necessários, bem como o respectivo preço, o que totaliza a quantia de 444.873\$00, mais IVA.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Mata Mourisca, com um subsídio no montante de 520.501\$00 para aquisição dos materiais solicitados pelo Conselho de Moradores de Mata Mourisca, para o efeito.

**Junta de Freguesia do Lourical.**

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia do Lourical, com um subsídio no valor de 235.000\$00, destinado a apoiar um munícipe economicamente carenciado, residente no lugar de Ribeira de Santo Amaro, daquela Freguesia, conforme informação da Técnica de Serviço Social desta Câmara Municipal.

**Apoio a Entidades.**

**Cercipom - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Pombal.**

Foi presente à reunião uma carta da Cercipom, em que solicita apoio destinado a minimizar as despesas com o convívio desportivo levado a efeito por aquela Cooperativa nos dias 23 e 24 de Abril, último.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar aquela instituição com um subsídio no montante de 100.000\$00 para o efeito.

**Centro de Dia de Meirinhas.**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar o Centro de Dia das Meirinhas com dez por cento do montante dos trabalhos a mais e com dez por cento do valor do equipamento.

**Associação Centro Social de S. Pedro.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma carta da Associação Centro Social de S. Pedro, de Albergaria dos Doze, deste Concelho, em que solicita o pagamento de 10% dos honorários respeitantes ao projecto para execução do Lar de S. Pedro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, compartilhar com o pagamento de dez por cento do valor do projecto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Centro Cultural e Recreativo de Vila Cã.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício do Centro em epígrafe, em que solicita apoio destinado à aquisição de madeiras para a construção de um estrado, no montante de 226.995\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar o referido Centro, com um subsídio no montante de 226.995\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Santa Casa da Misericórdia do Louriçal.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício da Santa Casa da Misericórdia do Louriçal, em que solicita o pagamento da comparticipação que cabe a esta Câmara na construção do Lar de Idosos do Louriçal, no montante de 761.520\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao pagamento de 761.520\$00, valor da sua comparticipação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Rancho Folclórico da Redinha.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma carta do Rancho Folclórico em epígrafe, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a deslocação daquele Grupo ao Festival Internacional de Cáceres - Espanha. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar o Rancho Folclórico da Redinha, com um subsídio no montante de 200.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

**Projecto de Regulamento de Utilização da Biblioteca Municipal de Pombal.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião o Regulamento acima mencionado, que a seguir se

transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”REGULAMENTO (NORMAS DE UTILIZAÇÃO)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_CAPÍTULO I – ÂMBITO E ESTRUTURA\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Artº. 1 - DEFINIÇÃO\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Biblioteca Municipal de Pombal (BMP) é um serviço público, de natureza informativa, da Câmara Municipal de Pombal, regendo-se o seu funcionamento pelas normas definidas no presente regulamento.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Artº. 2 - OBJECTIVOS GERAIS\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_São objectivos gerais da BMP:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Estimular o gosto pela leitura e a compreensão do mundo em que vivemos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Criar condições para a fruição da criação literária, científica e artística, desenvolvendo a capacidade crítica do indivíduo;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Conservar, valorizar e difundir o património escrito, sobretudo o relativo ao fundo local, contribuindo para fortalecer a identidade cultural da comunidade;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Fornecer documentação relativa aos vários domínios de actividade, de que todo o cidadãos e os diferentes grupos sociais necessitam no seu quotidiano;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Difundir informação útil e actualizada, em diversos suportes e recorrendo à utilização das novas tecnologias.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Artº 3 - ACTIVIDADES\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Com vista à concretização dos seus objectivos gerais, a BMP desenvolverá diversas actividades preferencialmente integradas nestes objectivos, podendo no entanto abrir os seus espaços a outras desde que não concorrentes com estes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Actualização permanente do seu fundo documental, de forma a evitar o rápido envelhecimento dos fundos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Organização adequada e constante dos seus fundos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Promoção de exposições, colóquios, conferências, sessões de leitura e outras actividades de animação cultural;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Promoção de actividades de cooperação com outras Bibliotecas e organismos culturais.\_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_Artº 4 - ÁREAS FUNCIONAIS\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A BMP é constituída pelas seguintes áreas funcionais:\_\_\_\_\_

##### \_\_\_\_\_Acesso público\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Átrio - Zona de recepção por excelência, onde se concentrará todo o movimento de entrada/saída do edifício. Será dotado de um balcão de atendimento onde, para além de funcionar o Serviço de Informação, se centrará o Serviço de Empréstimo Domiciliário da BMP. Disponibilizará ainda um espaço informal de leitura com sofás e mesa de apoio e ainda equipamento para pequenas exposições temáticas.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Sala de Adultos - Espaço dotado de livros, publicações periódicas e computadores para consulta de CD-ROM's e acesso à INTERNET e ainda sistema de som ambiente para audição de música, com uso de auscultadores.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Sala Infanto-Juvenil - Espaço dotado de bibliografia e equipamento apropriado à idade, com especial atenção para o espaço da Hora do Conto e Atelier de Expressão onde decorrerão actividades de animação da leitura.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Sala de Audiovisuais - Espaço destinado à audição e visionamento de vídeos e CD's.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Sala Polivalente e Área de Exposições - Espaço destinado a várias actividades, nomeadamente exposições, pequenos encontros, cursos de formação, etc.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Bar - Espaço onde o utilizador dos serviços poderá conversar um pouco ou passar alguns momentos numa leitura mais informal.\_\_\_\_\_

##### \_\_\_\_\_Acesso restrito\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Gabinetes - Zonas de trabalho administrativo e biblioteconómico, exclusivamente destinadas aos técnicos da Biblioteca.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Depósitos - Espaços destinados ao armazenamento e arrumação de publicações e equipamento vários. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em anexo às instalações da Biblioteca, existem as instalações do Auditório, destinadas por excelência a actividades culturais que envolvam a participação da comunidade. Têm a particularidade de puderem funcionarem independentemente dos serviços da Biblioteca ou em complementariedade com eles. \_\_\_\_\_

## \_\_\_\_\_ **CAPÍTULO II - UTILIZADORES** \_\_\_\_\_

### \_\_\_\_\_ **Artº 1 – CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) A utilização do fundo documental da BMP destina-se à população residente e não residente no concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) À população residente no concelho é permitida a consulta local e domiciliária do fundo documental da BMP, sendo necessário possuir o Cartão de Leitor, emitido pela instituição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) À população não residente no concelho só é permitida a consulta local do fundo documental da BMP, desde que acorde no cumprimento das condições gerais do REGULAMENTO e mediante o preenchimento de uma autorização provisória, que substituirá o Cartão de Leitor. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) A admissão como leitor faz-se mediante o preenchimento de uma ficha de inscrição e/ou autorização provisória e a apresentação do Bilhete de Identidade, a Cédula Pessoal ou outro documento oficial, um comprovativo da residência e uma fotografia actualizada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) Qualquer mudança de residência deve de imediato ser comunicada à BMP para actualização da ficha de inscrição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ f) O Cartão de Leitura faculta, desde o acto de inscrição, a consulta local ou domiciliária do fundo documental da BMP. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ g) A inscrição de leitores com idade igual ou inferior a 18 anos implica a autorização e responsabilização dos pais ou encarregados de educação, os quais devem assinar a respectiva ficha de inscrição. \_\_\_\_\_

### \_\_\_\_\_ **Artº 2 - DIREITOS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O leitor tem direito a: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Circular livremente em todo o espaço público da Biblioteca; \_\_\_\_\_

- \_\_\_\_\_ b) Utilizar todos os serviços de livre acesso postos à disposição;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ c) Retirar das estantes os documentos que pretende consultar, ler, ouvir, visionar ou requisitar para empréstimo domiciliário;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ d) Consultar livremente os catálogos manuais ou automatizados existentes;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ e) Apresentar críticas, sugestões, propostas e reclamações.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artº 3 - DEVERES** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O leitor tem como deveres: \_\_\_\_\_

- \_\_\_\_\_ a) Cumprir as normas estabelecidas no presente regulamento;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ b) Manter em bom estado de conservação os documentos que lhe forem facultados, bem como fazer uso das instalações e dos equipamentos;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ c) Cumprir o prazo estipulado para a devolução dos documentos requisitados para leitura domiciliária;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ d) Indemnizar a BMP pelos danos ou perdas que forem da sua responsabilidade;\_\_\_\_\_
- 
- \_\_\_\_\_ e) Acatar as indicações que lhe forem transmitidas pelos funcionários de serviço;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ f) Comunicar imediatamente a perda ou extravio do Cartão de Leitor, sob pena de ser responsabilizado por eventuais utilizações fraudulentas por terceiros.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **CAPÍTULO III – LEITURA NA BIBLIOTECA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Artº 1 - DISPOSIÇÕES GERAIS** \_\_\_\_\_

- \_\_\_\_\_ a) O acesso aos documentos da BMP pode ser livre, condicionado ou reservado.\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ b) Todos os leitores têm livre acesso às estantes das Salas dos Adultos e Infanto-Juvenil.\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ c) O acesso aos documentos da Sala de Audiovisuais é condicionado, já que os utilizadores apenas têm acesso às capas dos documentos, sendo o original

exclusivamente manuseado pelos funcionários da BMP. O mesmo sucede com os CD-ROM's, cuja consulta terá que ser solicitada ao funcionário responsável pela secção.\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Todo o fundo documental da BMP está arrumado por grandes classes de conhecimento (salas de Adultos e Infanto-Juvenil) ou tipologia de registo (Sala de Audiovisuais), de acordo com as classificações adoptadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Por forma a manter os fundos em perfeita organização, os livros e documentos retirados das estantes para utilização devem ser deixados em cima das mesas ou no balcão de atendimento para posterior arrumação pelo funcionário da secção.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_f) Não poderão ser retiradas obras ou qualquer documento de uma secção para outra sem autorização do funcionário responsável pela mesma.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_g) Na secção de Audiovisuais, o visionamento e audição dos documentos é autorizado mediante a entrega do Bilhete de Identidade e Cartão de Leitor. Cabe ao funcionário responsável pelo serviço fornecer os auscultadores e indicar o posto a utilizar. O mesmo procedimento será utilizado para a consulta de CD-ROM's e INTERNET.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_h) No depósito encontram-se obras cujo acesso é reservado, de modo a preservar o estado de conservação e o valor dos documentos, pelo que é necessária autorização do Bibliotecário responsável para a sua consulta.\_\_\_\_\_

#### **CAPÍTULO IV - LEITURA DOMICILIÁRIA**

##### **Artº 1 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

\_\_\_\_a) O empréstimo domiciliário faz-se perante a apresentação do Cartão de Leitor e o preenchimento de uma requisição para as obras saídas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Cada utilizador poderá requisitar até 3 obras por um período máximo de 10 dias, renovável desde que não haja leitores interessados em lista de espera. No caso de obras muito pretendidas, o prazo de entrega será decidido em função da necessidade do livro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Estão disponíveis para empréstimo todos os fundos bibliográficos, com a excepção das obras de referência (dicionários, enciclopédias...), fundo local, publicações periódicas, obras raras ou em mau estado de conservação e, ainda, as obras reservadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Também o fundo audiovisual não pode ser emprestado, excepto em situações excepcionais que deverão ser analisadas caso a caso.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) O empréstimo colectivo é considerado nos casos das Escolas, instituições, grupos de leitores organizados, ou outras Bibliotecas, mediante celebração de protocolos, com a Câmara Municipal, devendo cada grupo instituir um responsável pela requisição que, no caso das escolas, será obrigatoriamente um professor.\_\_\_\_\_

## \_\_\_\_\_CAPÍTULO V – RESPONSABILIZAÇÃO\_\_\_\_\_

### \_\_\_\_\_Artº 1 - DISPOSIÇÕES GERAIS\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Cada utilizador é responsável pelo estado de conservação e pelo extravio das obras que lhe são emprestadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) O não cumprimento dos prazos de devolução e/ou extravio dos livros e obras implicará sanções que podem ir desde o pagamento ou reposição dos documentos até à suspensão temporária ou permanente do empréstimo domiciliário.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Os utilizadores serão obrigados a repor ou ao pagamento integral de todo e qualquer bem que voluntariamente ou negligentemente danifiquem na BMP.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) A inscrição como leitor e a requisição de livros para leitura domiciliária implica a aceitação e cumprimento do presente regulamento.\_\_\_\_\_

### \_\_\_\_\_Artº 2 - PROIBIÇÕES\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) É expressamente proibido fumar, comer e beber na Biblioteca, exceptuando nos locais destinados a esse fim;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Nas salas de leitura não é permitido fazer barulho, sentar em cima das mesas ou deslocar móveis da posição em que se encontram sem autorização do funcionário em serviço na secção.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) É expressamente proibido riscar, dobrar ou danificar as folhas e as capas dos livros, periódicos e qualquer outro tipo de documento, bem como retirar qualquer sinalização posta pelos serviços da BMP (cotas, carimbos ou qualquer outros sinais ou registos).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) A falta de cumprimento da disposição anterior implica a reposição da publicação pelo responsável, ou o seu pagamento integral, conforme for julgado mais conveniente pelos serviços.\_\_\_\_\_

## \_\_\_\_\_CAPÍTULO VI - SERVIÇOS PRESTADOS\_\_\_\_\_

### \_\_\_\_\_Artº 1 - DISPOSIÇÕES GERAIS\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Os serviços prestados pela BMP são inteiramente gratuitos, com excepção do Serviço de Reprografia,\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) O Serviço de Reprografia (fotocópias) é reservado exclusivamente aos serviços internos e à reprodução dos documentos que não são alvo do empréstimo domiciliário e que são pertença da BMP, devendo, no entanto, serem respeitadas as normas \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ defendem \_\_\_\_\_ os \_\_\_\_\_ direitos \_\_\_\_\_ de autor;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) O preço das fotocópias a pagar pelos utilizadores da BMP será fixado pela \_\_\_\_\_ Câmara Municipal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Os utilizadores da BMP terão acesso ao catálogo informatizado da mesma. Através deste, será possível fazer pesquisas bibliográficas por diversos pontos de \_\_\_\_\_ acesso, \_\_\_\_\_ nomeadamente \_\_\_\_\_ autor, \_\_\_\_\_ título \_\_\_\_\_ e assunto.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Os utilizadores da BMP poderão usufruir de um Serviço de Referência que se traduz na orientação fornecida pelos técnicos relativamente ao funcionamento dos serviços, bem como ao nível das pesquisas bibliográficas, compilação \_\_\_\_\_ ou selecção \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ informação \_\_\_\_\_ documental \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_f) Os utilizadores da BMP poderão usufruir também de um Serviço de Informação que facultará informações úteis e actualizadas sobre assuntos de interesse para \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ comunidade local.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) A BMP oferecerá também um Serviço Multimédia, composto por computadores que permitirão a consulta de CD-ROM's e o acesso à INTERNET.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_h) A BMP procurará estabelecer protocolos de cooperação com as instituições locais de modo a promover a utilização dos seus recursos por parte dos agentes culturais, sociais e económicos da região.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_i) As actividades desenvolvidas nos diversos espaços da Biblioteca terão sempre em vista os objectivos que esta pretende alcançar, e que de acordo com o Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas, se resumem nos seguintes: Informação, Educação, Cultura e Lazer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_j) Qualquer cedência do espaço ou equipamento da Biblioteca passará pela informação do Bibliotecário responsável e superior autorização do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal, e terá de se enquadrar quer nos objectivos gerais referidos na alínea anterior, quer na calendarização de actividades da própria Biblioteca.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_k) As actividades a realizar fora das horas de serviço público serão sempre asseguradas pelos funcionários da Biblioteca e, na falta de recursos humanos

necessários à sua execução, deverá recorrer-se a pessoal de outros serviços, quer por razões de segurança, quer para responsabilização dos serviços. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_m) O horário de funcionamento será o mais conveniente dentro dos princípios da Leitura Pública e dos recursos humanos da Biblioteca, obedecendo a dias e horas previamente estabelecidos e divulgados junto da população. \_\_\_\_\_

## \_\_\_\_\_CAPÍTULO VII – OMISSÕES\_\_\_\_\_

### \_\_\_\_\_Artº 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Nos casos omissos neste regulamento, caberá a decisão ao Bibliotecário ou, em última instância, à Câmara Municipal de Pombal.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento de Utilização da Biblioteca Municipal e remetê-lo à Assembleia Municipal para aprovação. \_\_\_\_\_

### **Minuta de Protocolo a celebrar entre um arqueólogo da Universidade do Algarve e a Câmara Municipal de Pombal.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, a minuta do protocolo acima mencionado, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Serve o presente documento para estabelecer um acordo de compromisso entre o arqueólogo João Pedro Pereira da Costa Bernardes, portador do B.I. nº 6279336, docente/investigador da Unidade de Ciências Exactas e Humanas da Universidade do Algarve, designado à frente como primeiro outorgante, e a Câmara Municipal de Pombal na pessoa do seu Presidente ou representante, adiante designado como segundo outorgante, quanto aos trabalhos de Investigação Arqueológica a realizar no sítio da Lavandeira, lugar do Pocejal, freguesia de Vermoil, concelho de Pombal, durante a Segunda quinzena de Agosto de 1998. \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_1. Cabe ao primeiro outorgante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) assumir a inteira responsabilidade da intervenção arqueológica bem como providenciar todo o suporte técnico e científico requeridos pelos trabalhos de escavação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) providenciar todas as formalidades legais requeridas por trabalhos desta natureza de acordo com a legislação em vigor: Portarias nº 269/78, de 12 de Maio e nº. 195/79, de 26 de Abril; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) solicitar as devidas autorizações ao proprietário do imóvel onde decorrerão os trabalhos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Entregar à Câmara Municipal de Pombal, após o seu estudo pela equipa de investigação, todos os materiais exumados que deverão integrar o acervo do museu \_\_\_\_\_ municipal \_\_\_\_\_ de Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Cabe ao segundo outorgante fornecer o apoio logístico à equipa de Investigação a saber:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Providenciar a disponibilização de um espaço com águas correntes, onde a equipa poderá pernoitar e tomar banho após os trabalhos diários;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Suportar a alimentação da equipa (5/6 elementos) ao longo do período de escavações, contratando com um restaurante local esse serviço ou disponibilizando \_\_\_\_\_ uma \_\_\_\_\_ verba \_\_\_\_\_ para \_\_\_\_\_ o efeito.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Por ambos os outorgantes estarem de acordo com os termos e cláusulas do presente documento, assim o assinam abaixo.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo acima transcrita, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substituir para o assinar e atribuir um subsídio de 200.000\$00 destinado a fazer face às despesas com o alojamento e alimentação.\_\_\_\_\_

**Aprovação por minuta.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta por minuta, para efeitos \_\_\_\_\_ imediatos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não havendo \_\_\_\_\_ nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião \_\_\_\_\_ eram dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_ redigi, subscrevo e vai ser assinada.\_\_\_\_\_

